

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS**

PATRÍCIA PALUDO

**Fragilidades e potencialidades na Educação Ambiental nas
Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul**

Porto Alegre
2018

PATRÍCIA PALUDO

**Fragilidades e potencialidades na Educação Ambiental nas
Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria João Ramos Pereira.

Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer imensamente a muitas pessoas, as quais fizeram parte dessa longa jornada que foi a minha graduação. Começo, agradecendo a minha família, a qual sempre apoiou as minhas decisões e ficou nos bastidores, como quem espera de forma ansiosa os próximos capítulos. Agradeço também meu companheiro, que cruzou minha trajetória e desde então tem sido o meu horizonte de criatividade, afetos, alegrias, compartilhamentos e apoio.

Agradeço todas as professoras e professores que ao longo dessa graduação me ensinaram valores que levarei para a minha vida acadêmica e/ou docente. E dentro dessa lista está minha querida orientadora, que é uma inspiração para minha prática, tanto por seu conhecimento e senso ético, quanto por sua ternura. Agradeço também as minhas queridas professoras dos estágios. Vocês foram um alento para um coração tão perdido em meio aos tormentos da vida. Levarei todo o afeto que recebi e aprendi com vocês.

Também agradeço a solícitude da banca que leu este trabalho com tantas lacunas inconclusas.

Agradeço todas e todos que fizeram parte da militância do Diretório Acadêmico e todos os sentimentos que ele movimentou dentro de mim. Ao longo desses anos, construímos inúmeros movimentos que são como canções de luta, que anseiam desesperadamente por uma mudança. Agradeço também todas e todos que integraram o Mudabio, na luta para que muitos anseios chegassem ao currículo acadêmico. Além disso, também agradeço as organizações de Semanas Acadêmicas, que foram uma baita aprendizagem, além do PETBiologia e do Bimalab que acolheram-me na reta final dessa jornada.

Agradeço muitas e muitos colegas de curso ou de universidades, que se tornaram amizades sólidas, as quais compartilhei momentos de afeto, de alegria, mas também de dor. Ao longo desses anos estiveram comigo, ou melhor, eu estive com vocês e quero que saibam que sempre estarei à disposição, mas no caso de nossos caminhos seguirem rumos diferentes, vocês sempre serão uma recordação afetuosa dessa intensa etapa de minha vida.

Este trabalho foi elaborado de acordo com as regras da Revista Brasileira de Educação Ambiental

Fragilidades e potencialidades na Educação Ambiental nas Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul

Patrícia Paludo

Maria João Ramos Pereira

Laboratório de Evolução, Sistemática e Ecologia de Aves e Mamíferos, Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

Para a proteção da natureza, tanto a criação de Unidades de Conservação (UCs), quanto as Políticas de Educação Ambiental (EA) têm um papel crucial. Tendo em vista o incentivo às práticas de EA em UCs, o presente trabalho investigou como a EA é abordada nas UCs do Rio Grande do Sul (RS) com o objetivo de apontar suas fragilidades e potencialidades. Para isso foram enviados questionários semi-abertos para 65 das 102 Unidades de Conservação existentes no Rio Grande do Sul. As práticas e assuntos abordados nas EA em UCs são fundamentalmente do tipo de pensamento naturalista, mas ainda assim, apresentam múltiplas potencialidades devido a serem espaços potentes que tem sido resignificados através das práticas de EA. As UCs precisam de recurso humano e financeiro para que possam potencializar suas ações e buscar parcerias, incluindo com as comunidades para compartilhar responsabilidades.

Palavras-chave: Ambiente; Natureza; Pertencimento;

INTRODUÇÃO

Para a proteção da natureza e da biodiversidade muitas garantias na forma de lei foram criadas no Brasil em nível nacional, a começar pelo artigo 225 do capítulo VI de Meio Ambiente da Constituição Federal Brasileira de 1988, a “Constituição Cidadã”, que garante a todas e todos direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e sendo de responsabilidade do poder público e das pessoas, protegê-lo. Para garantir esse direito destacamos a importância da criação e efetivação das Unidades de Conservação e das Políticas de Educação Ambiental como propulsoras de uma série de outros aparatos legais que visam garantir e legitimar o nosso direito constitucional.

Unidades de Conservação

A história das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil começa em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro, amparado pelo Código Florestal de 1934 (Decreto nº 23.793), que previa a criação da categoria Parques (RYLANDS; BRANDON, 2005). Posteriormente, uma série de outras UCs foram criadas e, nos anos 2000, regulamentadas com a Lei nº 9985/2000 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. A partir do SNUC, as UCs passaram a ser conceituadas como espaços do território nacional com relevância ambiental para ser

conservada, seja devido à existência de recursos ambientais e biodiversidade ou mesmo belezas cênicas singulares. Esses espaços com objetivo de conservação da natureza são instituídos pelo Poder Público e a sua proteção deve ser garantida através de um regime especial de administração (BRASIL, 2000).

Os objetivos do SNUC incluem: proteção da biodiversidade, da sócio-diversidade e de serviços ambientais imprescindíveis; incentivo e promoção da pesquisa científica; recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; promoção do desenvolvimento sustentável para as comunidades do entorno das Unidades e promoção da educação e interpretação ambiental, sendo divididas em diferentes categorias de proteção conforme o objetivo das UCs (LOUREIRO *et al.*, 2007).

Há diferentes categorias de UCs conforme os objetivos, sendo agrupadas em *Proteção Integral* ou *Uso Sustentável*. As UCs de *Proteção Integral* têm como objetivo principal a preservação da natureza e são divididas em: Estações Ecológicas (ESECs); Reservas Biológicas (REBIOs); Parques Nacionais (PARNAs); Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre (RVs). As UCs de *Uso Sustentável* visam compatibilizar proteção da natureza com uso dos recursos naturais, e são divididas em: Áreas de Proteção Ambiental (APAs); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs); Florestas Nacionais (FLONAs); Reservas extrativistas; Reservas de Fauna; Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (Anexo 1) (BRASIL, 2000; MMA, 2016).

No Rio Grande do Sul, O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) originalmente foi criado em 1992 (Decreto nº 34.256/1992), atualizado com o SNUC e regulamentado com o Decreto nº 53.037/2016. O sistema de UCs do RS é constituído por 39 Unidades Federais, 30 Estaduais e 35 Municipais (SEMA, 2017), formando um mosaico de 104 UCs em diferentes categorias de manejo, com ampla concentração de Unidades na região metropolitana do estado.

As UCs tem um papel muito importante na proteção da biodiversidade, porém enfrentam muitos desafios desde a sua criação até a sua implementação, tendo em vista a sua complexidade de relações. É muito importante pensarmos estratégias que possam aproximar as comunidades das UCs, além de outros atores que fazem parte desse contexto, e dentro desse cenário, a promoção da Educação Ambiental é de extrema importância para enfrentar conflitos e efetivar as Unidades (MMA, 2016).

Educação Ambiental

Outro marco legal importante para a proteção da natureza foi a formulação de uma Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999 e regulamentada pelo decreto nº 4.281/2002 e posteriormente materializada no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA em 2005, como desdobramento da Educação Ambiental ter entrado como pauta nas conferências internacionais sobre Ambiente. A criação dessa política ambiental foi o resultado de uma articulação em nível global que começou quando Educação Ambiental se tornou objeto de discussão de políticas

publicas na I Conferência internacional sobre ambiente, realizada em Estocolmo em 1972 e alguns anos mais tarde ocorreu a I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi (ex-URSS) promovida pela ONU em 1977 (CARVALHO, 2012). O ProNEA tem uma série de objetivos como promover EA com valores humanísticos, incentivar a continuidade delas no âmbito formal e não-formal e a transversalidade dos projetos em Educação Ambiental, entre outros que visam o uso dela para a construção de sociedades sustentáveis (PRONEA, 2005).

A Educação Ambiental (EA) compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente. Para essa finalidade, a EA tem como princípios básicos o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; concepção de natureza interligada e ampla; pluralismo de ideias e concepções; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais nas diferentes escalas e; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Ainda que exista uma multiplicidade de Educações Ambientais e formas de conceber essas práticas (SAUVÉ, 2005; CARVALHO 2012; LAYARGUERS; LIMA, 2011), a EA deve ser vista como uma forma de olhar a natureza pelo olhar da complexidade, não só ecossistêmica, mas das relações entre sociedade e natureza, sendo esse, o primeiro passo para que seja efetiva (DIEGUES, 2010). Dentro das diferentes concepções de EA, ela pode transitar por valores conservadores, que tem seu foco em aspectos ecológicos do ambiente e mudanças de comportamento e valores transformadores, que concebem a natureza como um socioambiente, através do conhecimento das diferentes interações que ocorrem nela (LAYARGUES, LIMA, 2011). Tendo em vista que o campo da EA não é formado por consensos:

“Estudar as concepções de Educação Ambiental é ampliar a prática, criar condições de possibilidade para uma fuga do lugar comum, o lugar normativo, ditador de comportamentos (SCHIMITT, 2017).”

É importante pensar para quem as práticas de EA são direcionadas (CARVALHO, 2012), ainda que haja uma dificuldade de classificá-las, pois uma mesma prática pode ser agrupada em diferentes correntes e inclusive, as correntes de pensamento em EA não são de forma geral, excludentes entre si (SAUVÉ, 2005). Para este trabalho, destaco algumas correntes de pensamento e EA que são comumente utilizadas e que versarão sobre o trabalho que segue: i) Naturalista, na qual a característica principal dessa abordagem é o destaque para a proteção da natureza, sem os humanos, ou com uma visão de os seres humanos são os principais causadores dos problemas ambientais; ii) Normativa, que visa uma mudança de comportamentos individuais como chave para a mudança, a fim de melhorar a qualidade ambiental e; iii) Crítico-Reflexiva que traz uma perspectiva ampla de cidadania, na qual é destacada a dimensão política da questão ambiental, provocando uma reconstrução das

relações entre seres humanos e natureza (SCHIMITT, 2017). Sendo assim, pensar EA é pensar nas suas multiplicidades de abordagens, valores e princípios que cada uma delas carrega consigo e possibilidades que essas abordagens geram nos sujeitos.

“Assim, ao se falar em educação ambiental a palavra de ordem deve ser transformação. A transformação do sujeito paciente em um sujeito ativo, capaz de exercer diariamente a cidadania, capaz de questionar o ordenamento mundial hegemônico e propor outros caminhos. Conseqüentemente, a educação ambiental é também um ato político e social. Por todos esses atributos as práticas da educação ambiental não se restringem a um único ambiente ou público, permeando por todos os âmbitos da sociedade, sem distinção de classe social, idade ou gênero (DA CRUZ; SOLA, 2017).”

Ainda de acordo as Políticas de Educação Ambiental, essas multiplicidades de formas agir devem ocorrer em todas as modalidades do processo educativo, incluindo não-formais, as quais são voltadas para a sensibilização da sociedade para organização e participação em defesa do ambiente. Assim, é fortemente incentivada a prática de EA em UCs e para a sensibilização da importância das Unidades. Com a implementação do ProNEA há um reforço da EA no âmbito não-formal, que pode ser aplicado às e nas UCs, devido à natureza transversal da EA e à possibilidade de articulação com demais programas e políticas governamentais.

Educação Ambiental em Unidades de Conservação

Na necessidade dessa articulação, emerge em 2006 a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA, recomendada pelo CONAMA em 2012 (Recomendação Conama nº14, de 26 de abril de 2012), que tem como objetivo buscar o caráter educativo das UCs através da ampliação da participação social na gestão das Unidades (MMA, 2016) e, por consequência, o estímulo à cidadania, tendo em vista que constitucionalmente o ambiente é uma responsabilidade coletiva. Sendo assim, além da preservação territorial e da conservação da biodiversidade, as UCs são espaços ímpares para a reconstrução das relações entre sociedade e natureza e o ENCEA se torna uma ferramenta importante para essa finalidade (DA CRUZ; SOLA, 2017).

Devido à transversalidade do tema Educação Ambiental e o incentivo à sua aplicação em espaços não-formais como é o caso das Unidades de Conservação, são vários os estudos sobre a importância da incorporação de EA nos programas de gestão das UCs brasileiras, análises exploratórias sobre as práticas de EA nas UCs e busca por compreensão das relações estabelecidas entre EA e UCs (WICK; SILVA, 2015; VALENTI *et al.*, 2012), contribuindo assim para uma ressignificação das Unidades:

“Esses espaços que antes eram vistos e romantizados como uma natureza intocada tornam-se espaços de debate crítico das relações entre humanos e ambiente, obviamente, sem jamais perder o caráter de proteção ambiental (DA CRUZ; SOLA, 2017).”

Para o contexto do Rio Grande do Sul, há também alguns trabalhos que versaram sobre essas práticas e, a fim de descrevê-las, analisaram a efetividade das ações de EA no âmbito dos programas de gestão de UCs, refletiram sobre a criação de UCs pelo olhar da EA, investigaram as percepções ambientais e o envolvimento dos sujeitos com o programa de comunicação e EA em UCs, dissertaram sobre a elaboração do Plano de EA para uma UC, analisaram proposta de EAs para UCs e analisaram concepções de participantes e executores das ações de EA (MUHLE, 2012; PISSATO *et al.*, 2012; BEHLING, 2007; BRESOLING *et al.*, 2010; ROSA, 2012; KUHNEN *et al.*, 2015; PONCE, 2016).

OBJETIVOS

Mesmo com o incentivo às práticas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação e inúmeros programas e políticas públicas, a investigação acerca de como são efetuadas essas práticas, quais são seus atores e teores ainda apresenta muitas lacunas. Sendo assim, o primeiro objetivo deste trabalho é compreender como é a visita pública nas Unidades: Quem visita as UCs? Quais são as possibilidades oferecidas por elas para seus visitantes, tendo em vista que a Visita Pública geralmente é a porta de entrada para as práticas nas Unidades. O segundo objetivo é compreender de forma exploratória, quais são as Práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas UCs no RS: Quais as práticas que as UCs consideram EA? Quem as executa? Quais os assuntos abordados nelas? nelas? Quem as frequenta? Decorrente disso, esperamos poder apontar quais são as principais fragilidades e potencialidades das práticas de EA nas UCs, e quais os caminhos que a EA está seguindo nas UCs do RS, através das diferentes linhas de pensamento e refletir a efetividade dessas práticas, seus impactos na vida dos visitantes e os principais entraves para sua execução.

MÉTODOS

Coleta de Dados

Devido aos objetivos da pesquisa, fizemos uso de uma abordagem qualitativa (SOUZA; KERBAUY, 2017; GIL, 2008). Para obtenção de dados utilizamo-nos do levantamento, através de questionários semiabertos de modo a obter informação mais direta da realidade das Unidades de Conservação; tal tipologia, além da praticidade na obtenção de dados, também nos permitiu ter maior amplitude de dados passíveis de serem quantificados e até mesmo correlacionados (GIL; CARLAN; BEHLING, 2015). O questionário foi formulado

via *formulário online*, contendo uma breve descrição do trabalho e uma sequência de 32 perguntas, divididas nas subseções i) Visitação Pública e ii) Práticas de Educação Ambiental (Apêndice 1).

Na seção Visitação Pública nosso objetivo era conhecer o espaço da UC e o que ele disponibiliza para visitação, além do tipo de público que frequenta a UC. Nas questões sobre Práticas de Educação Ambiental, que são o foco do trabalho, o objetivo foi identificar o que gestores e técnicos das UC consideram como práticas de EA, quem frequenta essas ações e qual a visão das e desses atores sobre o assunto. Os questionários foram enviados para as 102 Unidades de Conservação no estado do Rio Grande do Sul (Apêndice 2), via correio eletrônico, fornecido nas páginas da SEMA, ICMBIO e prefeituras do estado (Apêndice 3).

Análise de Dados

Para a análise dos dados, seguimos a metodologia de Valenti *et al.*, (2012), na qual as categorias de análise foram criadas *a posteriori* a partir das respostas obtidas nos questionários sendo, em alguns casos, as próprias opções de resposta uma categoria de análise (Apêndice 4). Calculamos a frequência das respostas e, utilizamo-nos das nuvens de palavras, na qual o tamanho das palavras é decorrente da frequência de citação. E por fim, fizemos agrupamentos por quadrantes a fim de compreender a localização teórica das UCs decorrentes de suas práticas e ideias desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os questionários foram enviados para 65 das 104 Unidades de Conservação existentes no Rio Grande do Sul. Trinta e nove UCs não possuíam contato atualizado nos bancos de dados online no momento desta pesquisa, sendo que alguns e-mails retornaram; dessas, 27 são RPPNs das quais o ICMBIO não pode fornecer o contato direto. Entre as UCs estaduais, o *Parque Estadual do Podocarpus* criado pelo Decreto nº 23.798/1975, mas que não foi efetivamente implementado e a *Reserva Biológica de São Donato*, que devido à troca de gestão está sem atividades e por isso optou por não responder o questionário, foram retirados da amostra.

No total obtivemos resposta de 33 UCs no Rio Grande do Sul, o que representa 31,7% das UCs do estado (Figura 1). A maioria dos questionários foram respondidos pelas gestoras e gestores das UCs (63,6%), seguidos por cargos técnicos (27,3%), como Analistas Ambientais e Guarda-Parques, e administrativos (9,1%) como Assessorias de Meio Ambiente.

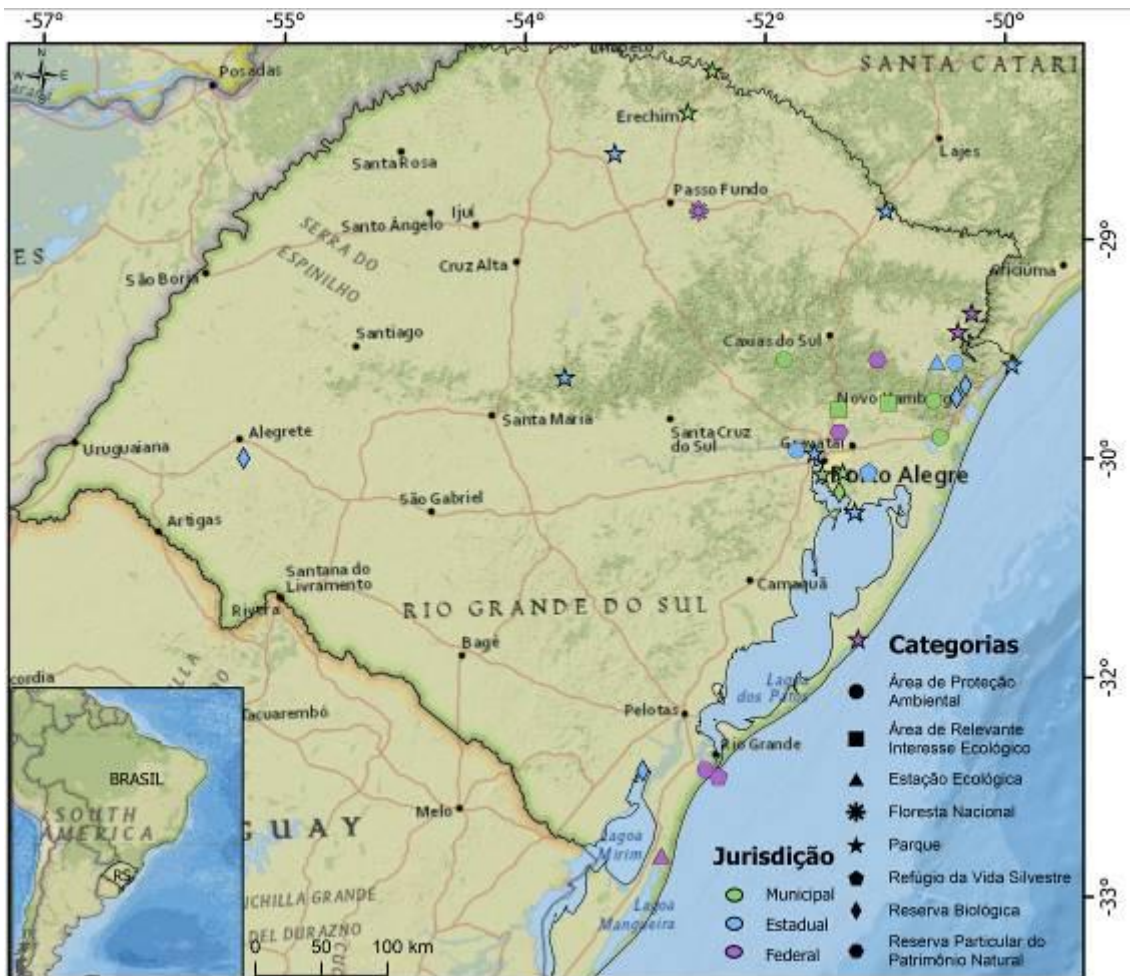


Figura 1. Localização das Unidades de Conservação amostradas no Rio Grande do Sul, Brasil.

As 33 UCs incluem: três Parques Nacionais (*Aparados da Serra, Lagoa do Peixe e Serra Geral*); seis Parques Estaduais (*Delta do Jacuí, Itapeva, Itapuã, Ibiritiá, Papagaio-Charão e Quarta Colônia*); cinco Parques Municipais (*Apertado, Henrique Luis Roessler, Longines Malinovski, Morro do Osso, Morros e Saint Hilare*); quatro Áreas de Proteção Ambiental (*Arroios Doze e Dezenove, Delta do Jacuí, Lagoa Verde, Morro de Osório e Rota do Sol*); cinco Reservas Biológicas (*Ibirabuitã, Lami José Lutzenberger, Mata Paludosa, Mato Grande e Serra Geral*); uma Estação Ecológica Federal (*Taim*); uma Estação Ecológica Estadual (*Aratinga*); duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (*Bosque Canela e Fazenda Morro Sapucaia*); uma Área de Relevante Interesse Ecológico (*Morro Ferrabraz*); uma Floresta Nacional (*Passo Fundo*); e um Refúgio de Vida Silvestre (*Molhe Leste*). Assim, sete das Unidades amostradas são de jurisdição federal, quinze estaduais e onze municipais (Figura 2).

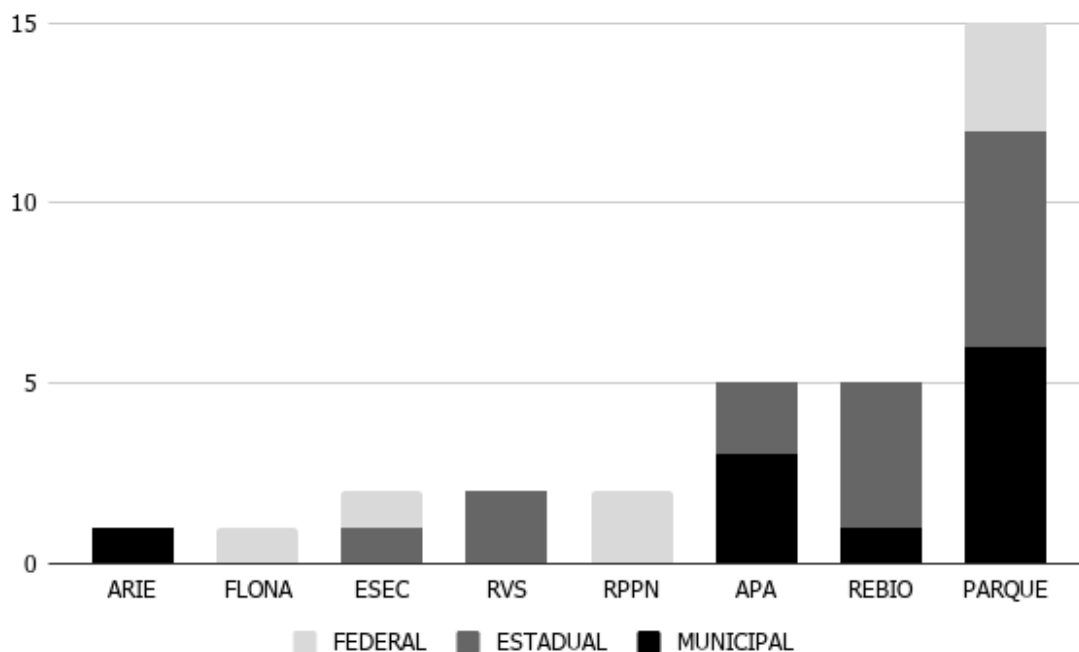


Figura 2. Unidades de Conservação amostradas, agrupadas pelas categorias de manejo e respectiva jurisdição.

Visitação Pública

Na primeira parte do questionário, observamos como é efetuada a *Visitação Pública* nas Unidades de Conservação, dentro das possibilidades permitidas pelas categorias para que permaneçam dentro de suas funções originais (MMA, 2000). A visitação pública não tem um conceito muito bem formulado, ainda que se compreenda como uma utilização das UCs para diferentes fins e formas de utilização dos serviços ambientais (MMA, 2016), mas pensando no uso público, sabemos que é um instrumento de aproximação dos visitantes com as UCs tornando-se numa potencial ferramenta de sensibilização da sociedade. A visitação propicia experiências únicas para a (re)aproximação das pessoas com a natureza, de forma a aliar conhecimento, reflexão e pertencimento (CAMPOS *et al.*, 2011). Sendo a visitação pública então a entrada de pessoas nas UC com base em diferentes motivações, ela também pode ser considerada uma tipologia de ação de Educação Ambiental.

Das 33 unidades amostradas, 22 declararam possuir visitação pública e 11 não declararam. O número de visitantes varia entre 150 visitantes/ano (*REBIO Mata Paludosa*) a 200.000 visitantes/ano (*PARNA Aparados da Serra*), mas mais de metade das UCs amostradas (57,6%) não possui essa informação (Figura 3).

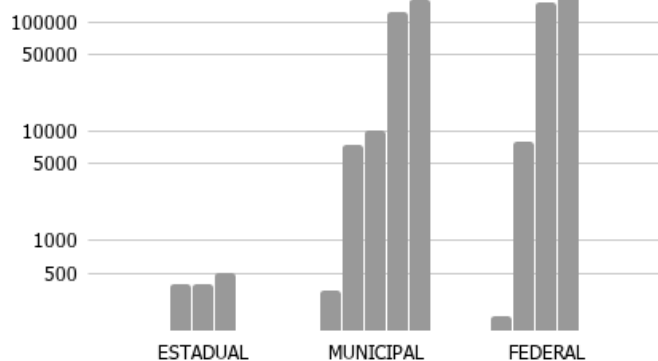


Figura 3. Número de visitantes por tipologias de público que visitam as Unidades de Conservação de acordo com a jurisdição, em escala logarítmica. Quantidade de visitantes que as Unidades amostradas recebem anualmente de acordo com a jurisdição, em escala logarítmica. Cada barra representa uma unidade amostrada. Das 33 Unidades amostradas, 22 possuem visitação pública, mas somente 13 informaram o número de visitantes anuais.

O Público que frequenta as UCs é composto por *Escolas* do ensino fundamental e médio, *Pesquisadoras e pesquisadores*, *Estudantes universitários*, *Turistas*, *Grupos escoteiros*, *Empresas* e *Outros*, como *Moradores*, *Desportistas*, *Montanhistas*, *Grupos de terceira idade* e *Grupos de vulnerabilidade social* (Figura 4). A maioria das UCs não cobra a entrada para visitantes e, as que cobram, geralmente isentam no caso de visitas por instituições de ensino ou de visitas no âmbito desenvolvimento de pesquisas.

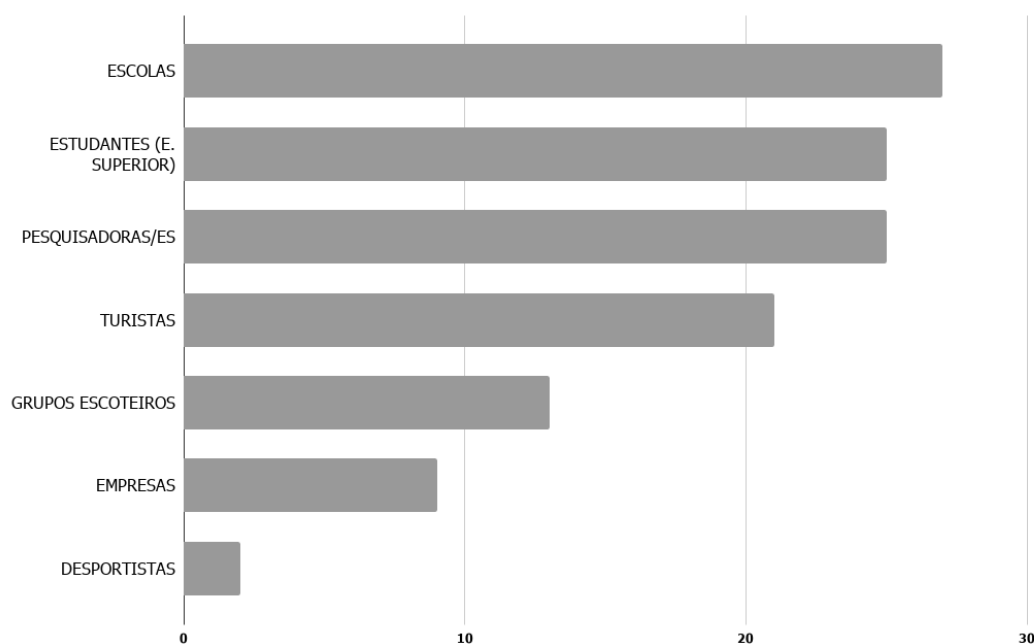


Figura 4. Porcentual das tipologias de público que visitam as Unidades de Conservação organizadas por jurisdição.

As UCs oferecem uma série de *Equipamentos* para quem as visita: i) Centro de Visitantes (em 51,5% das UCs amostradas), que propicia o primeiro contato de quem visita a UC ou desperta para a sua importância (MMA, 2006);

ii) Museus e/ou Exposições (em 27,3% das UCs); iii) Trilhas (em 78,8% das UCs), que utilizam as paisagens da própria UC como recursos didáticos (CAMPOS *et al.*, 2011), com possibilidade de guias e condutores (em 54,5% das UCs) (Figura 5); estes guias incluem funcionários das próprias UCs, estagiários e moradores do entorno.

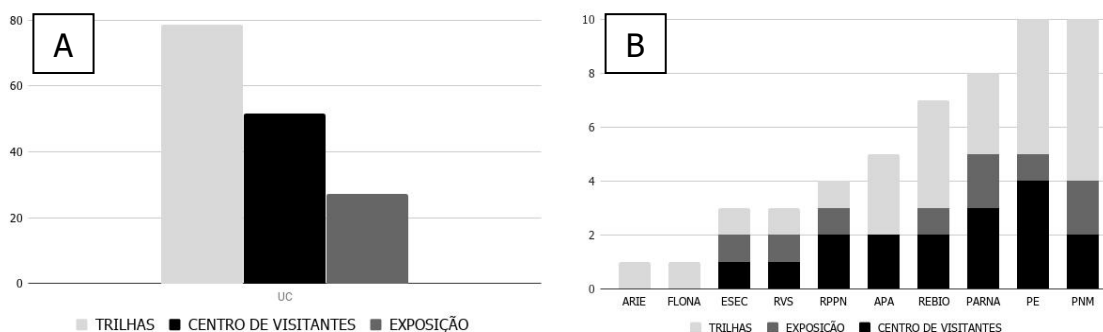


Figura 5. Equipamentos oferecidos pelas Unidades de Conservação para quem as visita: **A)** Equipamentos oferecidos pelas Unidades de Conservação amostradas (porcentagem no total das unidades amostradas); **B)** Equipamentos oferecidos pelas categorias de Unidades de Conservação amostradas (porcentagem de categorias organizadas por jurisdição das UCs).

As *Trilhas de Interpretação Ambiental* foram às primeiras incorporações de práticas de EA em planos de manejo de UCs e a sua interpretação naturalista versa sobre olhar pontos estratégicos da natureza, colocando o conhecimento ambiental puramente biológico em primeiro plano, reduzindo-o de sua complexidade (CARVALHO, 2012). Ainda que tais trilhas constituam possibilidades ricas por propiciarem a aproximação do visitante com a natureza e a biodiversidade das UCs, não devem ser a única forma de ação, por envolverem um momento específico de curta duração (CAMPOS *et al.*, 2011).

No que tange à *Acessibilidade*, a maioria das UCs não possui infraestrutura/equipamentos acessíveis (66,7%) e, nos casos em que possui, as adaptações são voltadas para pessoas com deficiência física, como rampas e calçamento, sendo que em alguns casos há também brinquedos adaptados, piso tátil e trilhas para pessoas com deficiência visual.

Práticas de Educação Ambiental

Do total de Unidades de Conservação amostradas, 81,8% declaram ter Práticas de Educação Ambiental, as quais têm suas ações voltadas para Escolas (58,3%); atividades de Formação (45,8%), como palestras; Apoio a visitantes (33,3%), Outras (%), como “*contação de história (de acordo com a idade); brincadeira e dança (ed. infantil); trilha na mata; piquenique e lazer na pracinha.*”; Trilhas (29,2%), incluindo as interpretativas; Comunicação (8,3%), voltada para a divulgação da UC; e Exposição (4,7%), como Feiras (Figura 6). As Unidades variam muito em termos de tipo de ação considerada como prática de EA e pouquíssimas possuem um programa de Educação Ambiental que visem ações de longo prazo. De acordo com Bosa e Costa (2014) programas de EA são importantes para serem desenvolvidos nas UCs, devido a terem boa aceitação pelo público e abrangerem um público também diverso,

facilitando assim o processo de sensibilização dos visitantes. Nas Unidades amostradas os programas específicos de EA são Rede SEIVA, Conexão Parcão: Amigos e Guardiões, e Conhecer para Respeitar, além de alguns que contam com programas nos seus planos de manejo.

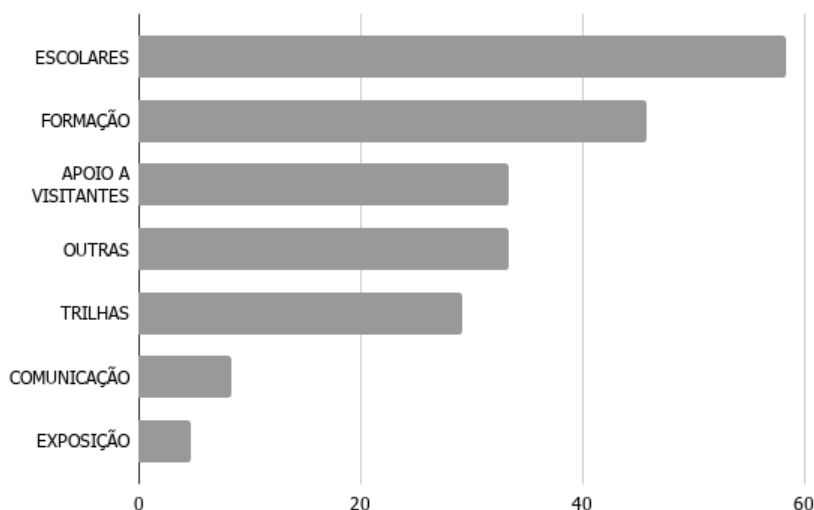


Figura 6. Porcentagem das tipologias de Práticas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação amostradas.

Os Principais Assuntos abordados nas práticas de EA são questões relevantes a *Unidade de Conservação* (54,7%), *Biodiversidade* (45,8%) e *Ecologia* (37,5%). Alguns assuntos como *Pertencimento*, *Aspectos Regionais*, *Socioambiente* e *Políticas Ambientais* foram pouco abordados (Figura 7). O que reflete muito o peso trazido com a palavra “ambiental”, a qual muitas vezes é concebida como sinônimo para “ecológico”, dificultando a associação entre questões ambientais e sociais (LAYRARGYES, 2009, *apud* DA CRUZ; SOLA, 2017).

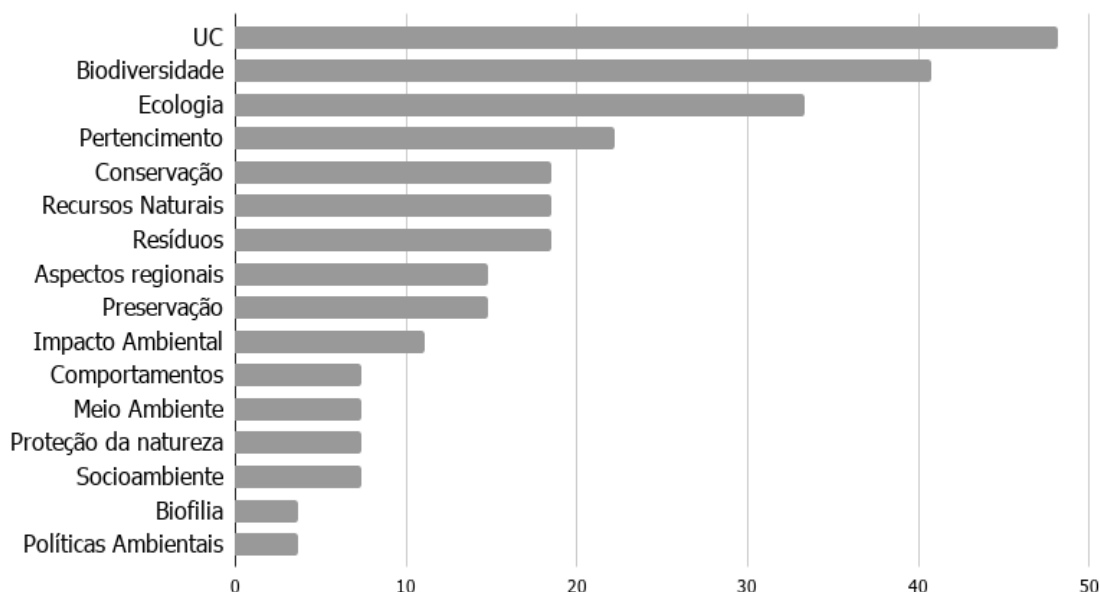


Figura 7. Porcentagem de UCs nas quais esses assuntos foram abordados nas práticas de EA.

No que tange o público que usufrui dessas práticas, a maioria faz parte a *Comunidade escolar* (91,7%). Mas há também a *Comunidade do entorno* e o público *Universitário*. Há necessidade de pensar em abordagens distintas, sendo cada Unidade um estudo de caso, pois os resultados serão distintos, sendo importante olhar com atenção também para as comunidades do entorno das UCs, a fim de minimizar os conflitos socioambientais (FREITAS, 2008). As práticas são executadas majoritariamente por gestoras e gestores das Unidades, tendo em sua maioria, formação em ciências biológicas e em alguns casos pós-graduação em áreas ambientais e há poucos casos que ficam ao encargo de educadoras e educadores ambientais ou equipes multidisciplinares. A incorporação das práticas de EA em mais da metade das Unidades faz mais de 10 anos, havendo práticas executadas desde a década de 90 e as cooperações são majoritariamente feitas entre UCs e Universidades. Destacamos as cooperações, como uma necessidade para além da falta de recursos. Refletir sobre educação ambiental é compreender que não é um ato individual e sim um compromisso coletivo, onde há necessidade de responsabilização de todas e todos e atuação com diferentes esferas e organizações para que possamos ter justiça ambiental e social (DA CRUZ; SOLA, 2017), indo para além da mera mudança de comportamento ambiental.

O Retorno das práticas de EA trazido por parte do público é variado. De acordo com as respostas, a maior parte do retorno é positivo (88,5%), conforme o que foi relatado pelas unidades. Algumas respostas trazem uma perspectiva um tanto cética em relação a isso (11,5%), exemplificado em: *“Nota-se uma sensibilização maior, mas como avaliar?”*. Além disso, é possível verificar a emergência de algumas palavras-chave nas respostas, as quais nos dão algumas pistas acerca dos porquês e também importância desses retornos, sendo potencialmente indicativos da efetividade dessas práticas. Para isso destaco *Ampliação do Conhecimento* e *Maior Compreensão da UC* (*“Reconhecimento da UC como patrimônio da Comunidade.”*) como um retorno trazido pelo público, sendo o último de extrema relevância, pois é potencializador para que melhores relações sejam estabelecidas, em UCs que tiveram esses vínculos outrora rompidos.

Caminhos seguidos pela Educação Ambiental nas Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul

A Educação Ambiental como uma prática e forma de conceber novas relações entre sociedade e ambiente deve estimular a promoção do pensamento crítico que permita o indivíduo conhecer ou se apropriar da sua realidade, estimulando ao questionamento de outras dimensões do saber, que só o conhecimento ecológico não subsidia (LOUREIRO, 2011 *apud* DA CRUZ; SOLA, 2017). As novas relações com o ambiente podem se estabelecer de múltiplas formas também, pois assim como ele é complexo, logo as nossas relações e possibilidades também são. Dentro de uma perspectiva conservadora o ambiente muitas vezes é visto como somente “natureza”, a qual é romantizada como espaço intocado, ou como recurso ambiental a ser usufruído. Ambas essas concepções carregam consigo o distanciamento entre seres humanos e natureza: enquanto uma nos coloca na posição do outro

nesse lugar por sermos vistos de uma forma “vilã”, sendo também um “não-lugar”, o qual só será protegido a partir da nossa ausência, a outra visão faz com que também não sejamos parte da natureza e a “natureza” só sirva como um local para satisfazer as nossas necessidades (CARVALHO, 2012). Sendo assim, trabalhar dentro dessa lógica pode ser um tanto perigoso, pelo fato de reproduzirmos uma lógica de distanciamento que pode ser uma estratégia não-efetiva em longo prazo, sendo que dentro das políticas de EA há um estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico (DA CRUZ; SOLA, 2017).

Dentro das práticas que foram elencadas, não houve uma fuga significativa do que já era esperado e considerado comum. As práticas de EA, em sua maioria foram atividades formativas como palestras para escolas, que podem ser interpretadas de múltiplas formas (Figura 8A). A primeira é pensar como há uma organização sistêmica nas escolas, o conhecimento também pode ser difundido de forma a alcançar um público maior, mas também há de ser refletido sobre o quão educativas são essas práticas e não meramente informativas. Além disso, os assuntos também tiveram na sua maioria, um caráter biológico (Figura 8B), o que reflete a visão de natureza interpretável, passível de ser decodificada e ainda, meramente ecológica (CARVALHO, 2012). A EA precisa ser o espaço onde a ação-reflexão encontra terreno fértil para que seus sujeitos também sejam agentes de transformação, através da ruptura de práticas somente expositivas e incorporação de outras narrativas (DA CRUZ; SOLA, 2017), a fim de que *Conservação* não seja mais um mero conceito. A sociedade precisa compreender-se como agente de transformação e ser instigada, de forma prática, a compreender que pode participar da elaboração e execução das políticas públicas (MMA, 2002).

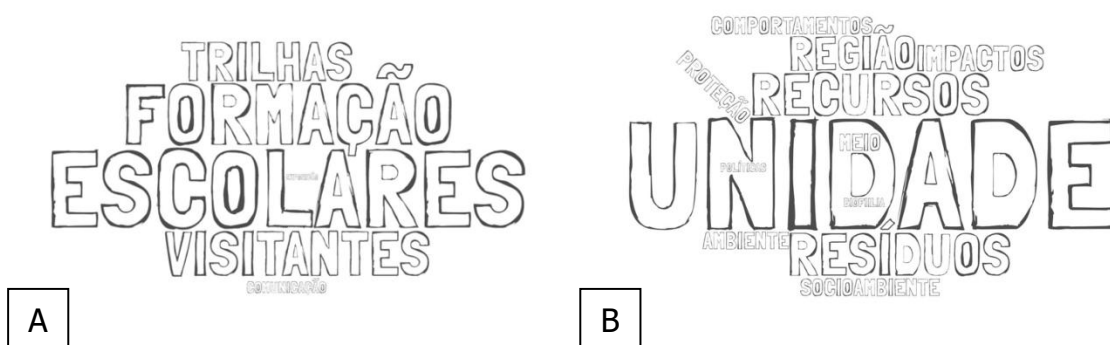


Figura 8. Nuvens de palavras: A) Tipos de práticas de EA mais frequentes; e B) Assuntos frequentemente abordados nas práticas de EA.

Na tentativa de agrupar as práticas de EA das UCs, graficamente utilizamo-nos dos quadrantes no qual em um eixo foram colocadas as categorias das práticas de EA (de práticas imersivas a não-imersivas na UC) e no outro, os assuntos abordados (de *pertencimento à preservação da natureza*) (Figura 9). Os eixos nos dão alguns indicativos, na horizontal há de um extremo *naturalista* a outro, *crítico*, enquanto na vertical temos a imersão e o contato direto como delineamento. Quando enquadramos as Unidades no gráfico, a maioria (65,4%) ficou do lado direito da reta vertical, indicativo dos assuntos trabalhados, que permeiam principalmente a dimensão biológica do ambiente; as práticas ficam divididas entre propiciar imersão e também atividades fora da

UC. Os tipos de práticas e assuntos dialogam com diversas linhas de pensamento em EA. Se formos pensar de forma um tanto dicotômica, há uma tendência à aplicação de uma *Educação Ambiental naturalista*, haja vista que os conhecimentos em *Ecologia* são priorizados, mas referente ao tipo de prática, não necessariamente as ações são focadas em imersão nas UCs, como trilhas somente. As Unidades parecem buscar tanto estar prontas a receber visitantes e sensibilizar em relação à sua importância para a *Conservação* quanto saírem de seus espaços físicos e alcançar mais pessoas, como é possível observar nas idas às escolas, atividades de comunicação e feiras.

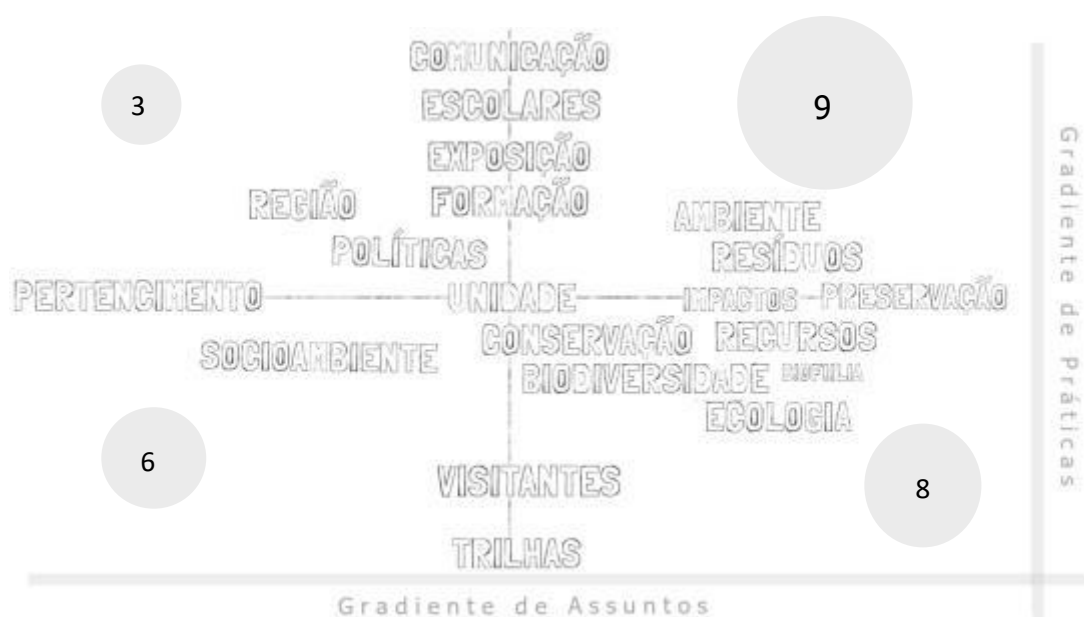


Figura 9. Quadrantes gerados a partir do tipo de práticas de Educação Ambiental e assuntos abordados nelas. Eixo horizontal: Assuntos desenvolvidos nas práticas de Educação Ambiental, sendo a esquerda assuntos voltados para questões socioambientais e a direita, mais protecionistas em relação ao ambiente; Eixo Vertical: Tipos de práticas de Educação Ambiental desenvolvidas, sendo o superior menos imersivo e o inferior, mais imersivo.

Ao analisarmos os quadrantes, podemos observar que os assuntos abordados dialogam com dois extremos, que também podem ser percebidos dentro de linhas de Educação Ambiental. Enquanto do lado esquerdo, temos assuntos como *pertencimento* e *socioambiente*, indicando uma *EA crítica*, do lado direito os assuntos como proteção da natureza e recursos, inclinam-se mais para linhas de pensamento *naturalistas*, *recursistas* e/ou *conservadoras* (SAUVÉ, 2005).

Há muitas limitações dentro das práticas de EA executadas nas UCs, mas também há muitas oportunidades. Pensando em biodiversidade, as UCs são espaços singulares, não são unicamente natureza, mas também o são e por serem, devem ser valorizadas (BRASIL, 2000). E quem as visita e também participa das práticas precisa pode olhar por esse ângulo, sem jamais pensá-lo como sendo único, mas como sendo um olhar possível e que necessita de atenção, até mesmo para que as UCs possam manter seus objetivos. Pensar a sensibilização através do contato com a natureza flerta com a corrente

naturalista, mais conservadora, o que de certa forma também não é necessário valorar como errado, pois as experiências também são importantes ao longo dos processos de aprendizagem, mas sempre lembrando que aprendizagem é um processo de troca com outro e do desenvolvimento de um olhar crítico (FREIRE, 2015).

Sendo assim, as UCs também são espaços importantes por propiciarem experiências singulares e até mesmo ser uma extensão do que é aprendido nas escolas e por que não dizer nas relações sociais, já que também são espaços sociais. Seguindo o jargão “*é preciso conhecer para conservar*”, muitas UCs apontaram o contato como um fator que aproxima as pessoas da proteção da natureza, o que não é um problema, mas reiteramos que não deve ser a única forma de pensar a relação com essas múltiplas naturezas.

Seguindo os apontamentos trazidos pelas Unidades, para serem efetivas, as práticas devem ser contínuas, interligadas e pensadas para a comunidade local, ilustrado em: “*acho que devemos sempre estar buscando melhores práticas e agregando mais pessoas e setores da sociedade*”, “*o processo deve ser contínuo*” e “*acredito que seja só o início do caminho*”. Tais práticas são dificultadas pela falta de recursos humanos e financeiros, algo frequentemente apontado, o que gera sobrecarga para a gestão das UCs. E demonstra, mais uma vez, a necessidade de parcerias, que são uma alternativa para compartilhar as obrigações do poder público (FREITAS, 2008). Além de ONGs e Universidades, uma das principais parcerias a ser pensada como compartilhamento de atribuições é a comunidade local, que geralmente vive em zonas de amortecimento e no entorno. Assim, como a participação da comunidade local é indispensável durante os processos de criação e implantação das UCs, também é durante a sua gestão que é facilitada pela Educação Ambiental (DA CRUZ; SOLA, 2017), além do envolvimento da comunidade na fiscalização do entorno da Unidade (FEITAS, 2008).

De acordo com Pimentel & Magro (2012), se faz necessário pensar no efetivar o envolvimento da comunidade local nos mecanismos de tomada de decisão através da Educação Ambiental, como uma alternativa à gestão de conflitos. Algumas UCs relataram que a EA propiciou uma mudança de comportamento e relação entre comunidade do entorno e Unidade, que muitas vezes é permeada por inúmeros conflitos com diferentes origens. Destacamos alguns trechos das respostas que exemplificam essa mudança de postura: “*percebemos que a população do entorno hoje trabalha junto com a gente na busca de práticas mais sustentáveis e em harmonia com a UC*”, “*a comunidade auxilia até mesmo na fiscalização do entorno*”, “*há respeito à UC derivado da prática de educação ambiental*”, e “*o trabalho educativo permite aos envolvidos o conhecimento mais aprofundado da realidade da UC, maior motivação para sua proteção, fazendo com que as pessoas se reconheçam também como atores importantes do processo*”. Sendo assim, envolver a comunidade do entorno, é uma forma de compreender que natureza e cultura são indissociáveis e que ela também é importante para a UC, mas se faz necessário pensar em metodologias de fato participativas e que respeitem diferentes saberes adequando-se a comunidade à UC e vice-versa (FREITAS, 2008).

Sendo assim, podemos considerar que embora as UCs no estado caminhem por uma EA naturalista e mais conservadora, há também tentativas de fuga e busca por linhas que coloquem a comunidade como atuante na conservação. Como apontado, o pensamento de uma EA *naturalista* não é o problema, mas são concepções que devem ser trabalhadas a fim de agregar o maior número de atores e também com as ideias de EA *crítica* que o ENCEA estimula. As UCs são espaços únicos e com uma importância significativa para a conservação da biodiversidade, porém carecem de recursos financeiros e humanos e necessitam da atenção das políticas públicas e principalmente da sociedade. Como espaços do poder público, são nosso direito e ao mesmo tempo a nossa responsabilidade, então se faz necessário, para estimular práticas de EA, também estimularmos parcerias com ONGs, Universidades e órgãos ambientais a fim de potencializarmos tanto a *conservação* nas Unidades, quanto a educação.

Podemos dizer que Educação Ambiental é uma prática necessária nas Unidades de Conservação, devido a sua riqueza socioambiental, pois além de espaços ricos em biodiversidade, também o são em relações sociais. Para além de necessária a efetivação das práticas, também é a sua reflexão, pois aceitar as suas possíveis contradições é uma forma de refletir sobre essas práticas e buscar por novas narrativas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação, visando estimular práticas que fortaleçam o pertencimento dos diferentes atores com as Unidades, que nas palavras de Da Cruz & Sola (2017):

“Devem propiciar uma transgressão, uma ampliação dos conhecimentos e da forma de visualizar e entender as relações ambientais.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir Educação Ambiental em Unidades de Conservação é um assunto que se faz extremamente necessário, embora estejamos vivendo em um cenário de incertezas. Muitas UCs foram implementadas de cima para baixo, causando truçulência junto da população quando da sua criação; algumas ainda nem saíram do papel, ainda assim, compartilham os anseios pela Conservação. Se antes o que movimentava gestoras e gestores das UCs eram atitudes majoritariamente protecionistas, hoje, quem gere as UCs também busca pela participação ampla, pois entende a necessidade de diferentes atores na Conservação.

O presente trabalho possui algumas falhas que fomos percebendo ao longo do percurso e também uma *grande* necessidade de complementação metodológica para que as perguntas possam ser amadurecidas e respondidas de forma plena. Ainda assim, pensamos ter cumprido os objetivos a que nos propusemos: compreender como funciona e quem são os atores da visitação pública em UCs e compreender quais são e como são conduzidas as práticas de educação ambiental em UCs do RS. Falta ainda muito caminho a ser percorrido, não só porque várias UCs ficaram de fora da amostra, mas também porque será possível analisar ainda com mais detalhes os dados obtidos.

Além da Educação Ambiental, o trabalho também propiciou conhecer um pouco a realidade das UCs, incluindo as suas carências em recursos financeiros e humanos. As UCs são mais do que espaços de proteção da biodiversidade, são patrimônio público e como tal, devemos lutar para que resistam a toda e qualquer política de austeridade que recaia sobre elas. São nossas essas UCs, não só como biólogas e biólogos, mas principalmente como cidadãos e cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHLING, G. M. **Refletindo o processo de criação da APA da Lagoa Verde pelo olhar da Educação Ambiental**. Rio Grande, FURG, 2007.
- BOSA, C. R., & DA COSTA, A. L. Panorama das atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: uma revisão sistemática em meta-análise. **Monografias Ambientais**, 13(4): 3610-3622, 2014.
- BRESOLIN, A. J., ZAKRZEWSKI, S. B. B., & MARINHO, J. R. Percepção, comunicação e educação ambiental em unidades de conservação: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto–Barracão/RS–Brasil. **Perspectiva**, 34: 103-114, 2010.
- CARVALHO, I. **Educação ambiental e a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2012.
- CAMPOS, R. F., VASCONCELOS, F. C. W., & FÉLIX, L. A. G. A importância da caracterização dos visitantes nas ações de ecoturismo e Educação Ambiental do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG. **Turismo em Análise**, 22(2): 397-427, 2011.
- DA CRUZ, C. A., & SOLA, F. As unidades de Conservação na perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente & Educação-Revista de Educação Ambiental**, 22(2): 208-227, 2017.
- DIEGUES, A. C. (2010). **A educação ambiental e a questão das áreas naturais protegidas**. São Paulo, NUPAUB, 2010.
- FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 2015.
- FREITAS, C. D. A educação ambiental nas Unidades de Conservação. **Sinapse Ambiental**. 5: 67-85, 2008.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulos, Atlas, 2008.
- GIL, L. G., CARLAN, F. A., BEHLING, G. M. **Delineando a pesquisa em educação ambiental: será quali, quanti ou quali-quantitativa?** In: KUSS, A. V., CARLAN, F. A., BEHLING, G. M., GIL, L. G. Possibilidades

Metodológicas para Pesquisa em Educação Ambiental. Pelotas, Santa Cruz, 2015.

GONZÁLEZ PONCE, T. (2016). **Ações de educação ambiental na Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, Porto Alegre, sul do Brasil.** Porto Alegre, UFRGS, 2016.

GÜNTHER, H. **Como Elaborar um Questionário.** Brasília, UnB Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

KUHNEN, C. F. C., MARCOLAN, D. C., & DA ROCHA, M. C. Proposta de Educação Ambiental na unidade de conservação parque Estadual do turvo, Derrubadas-Rio Grande do Sul. **Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 19: 88-96, 2015.

LAYRARGUES, P. P., & LIMA, G. F. D. C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil.** VI *Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, Ribeirão Preto*, 2011.

LOUREIRO, C. F. B., AZAZIEL, M., FRANÇA, N. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos.** Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2003.

MADUREIRA, M. S. P., & TAGLIANI, P. R. A. **Educação ambiental não-formal em unidades de conservação federais na zona costeira brasileira: uma análise crítica.** Brasília, IBAMA, 1997.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Diretrizes para visitação em unidades de conservação.** Brasília, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade.** Brasília, MMA, 2016.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Ações voltadas para Comunidades Escolares no contexto da Gestão Pública da Biodiversidade.** Brasília, MMA, 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1999.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA.** Brasília, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

- MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Sistema Nacional de Unidades de Conservação Lei nº 9.985/00**. Brasília, IBAMA, 2000.
- MUHLE, R. P. **Ações de educação ambiental em unidades de conservação estaduais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, UFRGS, 2012.
- PHILIPPI A., & PELICIONI M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, Manore, 2014.
- PIMENTEL, D. D. S., & MAGRO, T. C. Diferentes dimensões da Educação Ambiental para a inserção social dos parques. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. 7(2): 44-50, 2012.
- PISSATTO, M., MERCK, A. M. T., & GRACIELI, C. R. Ações de educação ambiental realizadas no âmbito de três unidades de conservação do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 5(5): 804-812, 2012.
- QUINTAS, J. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental**. Brasília, IBAMA, 2002.
- ROSA, A. A. Premissas **para a elaboração do plano de educação ambiental para a área de proteção ambiental do Banhado Grande**. Santa Maria, UFSM, 2011.
- SEMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente). **Unidades de Conservação Estaduais**. Porto Alegre, SEMA, 2017.
- RYLANDS, A. B., & Brandon, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, 1(1): 27–35, 2005.
- SAUVÉ, L. (2005). **Uma cartografia das correntes em educação ambiental. Educação ambiental: pesquisa e desafios**. In: SATO, M., CARVALHO, I. (Orgs.). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed. 17-44, 2005.
- Schmitt, L. A. **O ambiente na tela: perspectivas de educação ambiental em produções audiovisuais do circuito Tela Verde**. Porto Alegre, UFRGS, 2017.
- SOUZA, K. R., & Kerbauy, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**. 31(61), 21-44, 2017.
- VALENTI, M. W., OLIVEIRA, H. D., DODONOV, P., & SILVA, M. M. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em Revista**. 28(01): 267-288, 2012.

WICK, M. A. L., & SILVA, L. F. Unidades de Conservação e processos em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**.10(1): 201-220, 2015.

PESQUISA SOBRE AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Biológicas da graduanda Patrícia Paludo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa visa conhecer e mapear as práticas de Educação Ambiental desenvolvidas nas Unidades de Conservação (UC) no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que há poucos trabalhos acerca do assunto.

O questionário é breve, mas algumas informações terão que ser buscadas pelas unidades.

Desde já agradeço imensamente a participação da UC na minha pesquisa.

Qual a sua Unidade de Conservação?

Sua resposta

Quem (cargo) da Unidade de Conservação está respondendo o questionário?

Sua resposta

1 - A Unidade de Conservação tem visitação pública?

- Sim
- Não
- Outro:

2 - Se sim, quantos visitantes recebe anualmente?

Sua resposta

3 - Quem frequenta a Unidade de Conservação?

- Escolas
- Turistas
- Grupos de visitantes
- Grupos escoteiros
- Pesquisadoras/es
- Estudantes das universidades (disciplinas ou autonomamente)
- Empresas
- Outro:

4 - Se recebe escolas, quais escolas? *preferencialmente os nomes das escolas

Sua resposta

5 - A Unidade de Conservação tem trilhas?

- Sim
- Não

6 - Se sim, quantas são disponíveis para o público?

Sua resposta

7 - Há centro de visitantes na Unidade de Conservação?

- Sim
- Não
- Prefiro não responder
- Outro:

8 - Há museu/exposição na Unidade de Conservação?

- Sim
- Não
- Outro:

9 - A Unidade de Conservação tem guia ou equipe para conduzir o público?

- Sim
- Não
- Outro:

10 - Se sim, quantas pessoas?

Sua resposta

11 - A Unidade de Conservação possui materiais de divulgação próprio? *Se sim, enviar junto por e-mail ou disponibilizar link

- Sim
- Não
- Outro:

12 - A Unidade de Conservação é bem sinalizada dentro? *Placas e indicações

- Sim
- Não
- Outro:

13 - Há acessibilidade para pessoas com deficiência?

- Sim
- Não
- Outro:

14 - Se sim, quais são as adaptações?

Sua resposta

15 - Qual o valor da entrada na Unidade de Conservação?

Sua resposta

16 - Há isenção de entrada? Para quais públicos?

Sua resposta

17 - A Unidade de Conservação sedia/sediou algum evento? Se sim, qual/quais?

Sua resposta

18 - A Unidade de Conservação tem práticas de Educação Ambiental?

- Sim
- Não
- Outro:

19 - Se sim, quais são elas? *Descrevê-las

Sua resposta

20 - Quais as principais ideias desenvolvidas e/ou abordadas nessas práticas?

Sua resposta

21 - Quem executa essas práticas?

Sua resposta

22 - Qual a capacitação técnica de quem as executa?

Sua resposta

23 - Desde quando a Unidade de Conservação tem práticas de Educação Ambiental?

Sua resposta

24 - Qual é o público que frequenta essas práticas?

Sua resposta

25 - Qual o retorno percebido por parte do público que frequenta essas práticas?

Sua resposta

26 - Há parceria com instituições públicas ou privadas para execução das práticas (Universidade, projetos de extensão, ONGs, etc.)? Se sim, qual/quais?

Sua resposta

27 - Quanto a Unidade de Conservação destina do seu recurso financeiro para Educação Ambiental? *Indicar quanto representa do orçamento da UC

Sua resposta

28 - QUESTÃO ANÔNIMA: Qual a relação da Unidade de Conservação com a comunidade do entorno?

Sua resposta

29 - QUESTÃO ANÔNIMA: Você acha que as práticas de Educação Ambiental executadas na Unidade de Conservação aproximam as pessoas da Proteção (conservação/preservação) da Natureza? Como?

Sua resposta

30 - QUESTÃO ANÔNIMA: Você acha que essas práticas são o suficiente para fazer com que as pessoas se sintam como parte da natureza? Por quê?

Sua resposta

31 - QUESTÃO ANÔNIMA: O que você acha que é necessário para que as práticas de Educação Ambiental sejam efetivas para Proteção da Natureza?

Sua resposta

32 - QUESTÃO ANÔNIMA: Quais são os principais entraves para aplicação das práticas de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação?

Sua resposta

COMENTÁRIOS E/OU SUGESTÕES:

Sua resposta

APÊNDICE 2. Localização das Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul.



APÊNDICE 3. Lista de contatos das Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	SITUAÇÃO	JURISDIÇÃO	E-mail	Telefone
Área de Proteção Ambiental da Lagoa Verde	Respondidos	Federal	cpapalagoavrd@gmail.com; jose.morais@riogrande.rs.gov.br; luz.filho@riogrande.rs.gov.br	(53) 3233-7275
Área de Proteção Ambiental de Carai	Aguardando resposta	Municipal	agricultura@carai.rs.gov.br	(51) 3615 - 1324
Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí	Respondidos	Estadual	deltadojacui@sema.rs.gov.br	(51) 985864234 e (51) 3203.1063
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande	Aguardando resposta	Estadual	banhadogrande@sema.rs.gov.br; luiza-lok-chin@sema.rs.gov.br	(51) 98409-5048, (51) 3288-8108 (9,10)
Área de Proteção Ambiental do Rio Ibirapuitã	Respondidos	Estadual	apa_ibirapuita@yahoo.com.br; eridiane.alva@icmbio.gov.br; raui.coelho@icmbio.gov.br; duc-defap@sema.rs.gov.br	(55) 3241-1739, (55) 3422-6028 (54) 34618879
Área de Proteção Ambiental dos Arroios Doze e Dezenove	Respondidos	Municipal	meioambiente@carlosbarbosa.rs.gov.br	(51) 3664-1411, Ramal 246.
Área de Proteção Ambiental Lagoa Ilapeva	Aguardando resposta	Municipal	meioambiente@torres.rs.gov.br	(51)3663.1947
Área de Proteção Ambiental Morro de Osório	Respondidos	Municipal	pnoambiente@yahoo.com.br	3548.1090 Ramal 229
Área de Proteção Ambiental Krozumbo	Aguardando resposta	Municipal	sergiokoch@punirozinho.com.br	(54) 3244.3961 / 3244.1710 / 3244.1721
Área de Proteção Ambiental Rota do Sol	Respondidos	Estadual	oliveira@sema.rs.gov.br	(51) 3399-1007 e (51) 3999-9500
Área de Relevante Interesse Ecológico Morro Ferrabrás	Respondidos	Municipal	meioambiente@aspranga.rs.gov.br	30971990
Área de Relevante Interesse Ecológico Henrique Luis Roessler	Aguardando resposta	Municipal	fabioaroni@novohamburgo.rs.gov.br	54 3244 1175, Ramal 214 e 284.
Área de Relevante Interesse Ecológico São Bernardo	Aguardando resposta	Municipal	meioambiente@saofranciscodepaula.rs.gov.br	-
Área Pontal dos Latinos e Pontal dos Santagos	Sem contato	Municipal	agenor.gedoz@icmbio.gov.br	2. (54) 3615-0011
Estação Ecológica de Anacut-Emeralda	Aguardando resposta	Estadual	esec.taim.rs@gmail.com	(53) 3503-3151
Estação Ecológica do Taim	Respondidos	Federal	esec-aratinga@sema.rs.gov.br; ketuly-fuster@sema.rs.gov.br	(52) 3244.1710 / 3244.1721
Estação Ecológica Estadual Aratinga	Respondidos	Estadual	flonacanela.rs@icmbio.gov.br; ewerton.ferraz@icmbio.gov.br	(54) 3282-0037
Floresta Nacional de Canela	Aguardando resposta	Estadual	flonapassofundo.rs@icmbio.gov.br	(54) 3313-4311 (54) 3615-0011
Floresta Nacional de Passo Fundo	Respondidos	Federal	flonasaofranciscodepaula.rs@icmbio.gov.br	(54) 3244-1347
Floresta Nacional de São Francisco de Paula	Aguardando resposta	Estadual	crystalrs.meioambiente@gmail.com	(51) 3678-1100
Monumento Natural Municipal Capão da Amizade	Aguardando resposta	Municipal	parque-colouia@sema.rs.gov.br; caroline-malman@sema.rs.gov.br; suzanne-marcuzzo@sema.rs.gov.br; balcao-santamaria@sema.rs.gov.br	(51) 3626.3561
Monumento Natural Palanquinho	Sem contato	Municipal	peritapeva@sema.rs.gov.br; damibia-nascimento@sema.rs.gov.br	(51) 3494-8083 / (51) 3494-8082 (51) 98594-2962 e (51) 3203.1063
Parque Estadual da Quarta Colônia	Respondidos	Estadual	cv-itapura@sema.rs.gov.br; dayse-rocha@sema.rs.gov.br	(51) 3671.1597
Parque Estadual de Itapeva	Respondidos	Estadual	deltadojacui@sema.rs.gov.br	(54) 3504-8307 / (51) 3288.8164
Parque Estadual de Itapua	Respondidos	Estadual	pecanaqua@sema.rs.gov.br; leonurruth@gmail.com	(51) 3288-8108 / 3288-8109 / (55) 984549777
Parque Estadual Delta do Jacuí	Respondidos	Estadual	espigaalto@sema.rs.gov.br; aseambiental@sema.rs.gov.br; celso-latorre@sema.rs.gov.br	(54) 3288-8108 / 3288-8109 / (55) 984549777
Parque Estadual do Camaquã	Respondidos	Estadual	duc@sema.rs.gov.br; mauricio-scherer@sema.rs.gov.br	(54) 32234483, (51) 3288-8109 (51) 3288-8109
Parque Estadual do Espigão Alto	Aguardando resposta	Estadual	parque-ibitiria@sema.rs.gov.br	(51) 3288-8109 / 3288-8109 / (55) 984549777
Parque Estadual do Espinilho	Aguardando resposta	Estadual	jefferson_flores@sema.rs.gov.br; duc-defap@sema.rs.gov.br	(54) 32234483, (51) 3288-8109 (51) 3288-8109
Parque Estadual do Ibitiriz	Respondidos	Estadual	sabrina-vietori@sema.rs.gov.br; vaneza-tomazali@sema.rs.gov.br	(51) 3288-8109
Parque Estadual do Papagaio-Charão	Respondidos	Estadual		(51) 3288-8109

Parque Estadual do Podocarpus	Sem atividades	Estadual	duc-de-fap@sema.rs.gov.br, alessandro-moraga@sema.rs.gov.br	(51) 3288-8108 - 3288-8109 (54) 3244-1710 / 3244-1721 / 3244-3961 (55) 3616-3006 / (51) 3288-8109
Parque Estadual do Tainhas	Aguardando resposta	Estadual	patinhas@sema.rs.gov.br	
Parque Estadual do Turvo	Aguardando resposta	Estadual	parque_turvo@sema.rs.gov.br, cv_turvo@sema.rs.gov.br	
Parque Municipal Henrique Luiz Roessler	Respondidos	Municipal	parnalsgonadpetae.rs@icmbio.gov.br, eduardoborguano@icmbio.gov.br	(51) 3673-2435 (54) 3251-1277
Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Respondidos	Federal	parnaspardoiserra@icmbio.gov.br	
Parque Nacional da Serra Geral	Respondidos	Federal	parnaspardoiserra@icmbio.gov.br, deonirzinmermann@icmbio.gov.br	(54) 3251-1277 3588-6446
Parque Nacional dos Aparados da Serra	Sem contato	Federal	meioambiente@saodaciscodepaula.rs.gov.br	(54) 3244-1386
Parque Natural Municipal Base Ecológica do Rio Velho	Aguardando resposta	Municipal	meioambiente@postao.rs.gov.br	(54) 3616-3232
Parque Natural Municipal da Ronda	Aguardando resposta	Municipal	prefeito@sertao.rs.gov.br, agricultura@sertao.rs.gov.br	
Parque Natural Municipal de Sertão	Sem contato	Municipal	meioambiente@pemas.rs.gov.br	(54) 3345-1295 (54) 3345-1836 (54) 3251122 ramal 225
Parque Natural Municipal do Apertado	Respondidos	Municipal	meioambiente@pemas.rs.gov.br	(53) 3240-5075 (53) 3240-5161 (53) 3240-5075
Parque Natural Municipal do Pampa	Aguardando resposta	Municipal	meioambiente@bage.rs.gov.br	(54) 3471-1122
Parque Natural Municipal Deus Lajeados	Aguardando resposta	Municipal	pauf@deslajados.rs.gov.br	(55) 3921-7151 e (55) 3921-7150
Parque Natural municipal dos Morros	Respondidos	Municipal	parqueomoncos@santamaria.rs.gov.br,	(55) 3921-7138
Parque Natural Municipal Dr. Tinoco Neves	Sem contato	Municipal	meioambiente@sanamaria.rs.gov.br	(51) 3041-7100 3592-3087
Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina	Sem contato	Municipal	sema@erechim.rs.gov.br	(54) 3522-9250
Parque Natural Municipal Longinas Malinowski	Respondidos	Municipal	contato@pensap.com.br	(051) 3662-4000
Parque Natural Municipal Manuel B. Pereira	Aguardando resposta	Municipal	54.3372-1334	
Parque Natural Municipal Mata Rio Uruguai Teixeira Soares	Sem contato	Municipal	beleno@uniam prefpoa.com.br	(51) 3263-3769, (51) 3263-3769
Parque Natural Municipal Muro do Osso	Respondidos	Municipal		
Parque Natural Municipal Monro Jose Lutzenberger	Sem contato	Municipal		
Parque Natural Municipal Saint Hillare	Respondidos	Municipal	gabriele.uniao@viamao.rs.gov.br,	(51) 3492-7690 (51) 3492-7615
Parque Natural Municipal Tupacuy	Aguardando resposta	Municipal	fabionedes.uniao@viamao.rs.gov.br	3606-1391
Refúgio da Vida Silvestre da Ilha dos Lobos	Aguardando resposta	Federal	meioambiente@arctosodolal.rs.gov.br	(51) 3664-4874
Refúgio da Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos	Respondidos	Estadual	aline.kellermaim@icmbio.gov.br	
Refúgio de Vida Silvestre do Melão-Leste	Aguardando resposta	Estadual	banhadoospachecos@sema.rs.gov.br, aulberrosa@sema.rs.gov.br	(51) 31036254 / 3288-8109
Reserva Biológica Banhado Maparco	Aguardando resposta	Estadual	anna@sojosedocorte.rs.gov.br	(53) 32381750
Reserva Biológica da Mata Paludosa	Respondidos	Municipal	luciano-soares@sema.rs.gov.br	(53) 32229172 (53)98406-9588
Reserva Biológica da Serra Geral	Respondidos	Estadual	mata.paludosa@sema.rs.gov.br, fernanda.schmitt@sema.rs.gov.br	(51) 3628-5323, (51) 3666-6091
Reserva Biológica de São Donato	Respondidos	Estadual	severgal@sema.rs.gov.br	(51) 3628-0111
Reserva Biológica do Bioma Pampa	Sem atividades	Estadual	saodonato@sema.rs.gov.br	(55) 3433-6783
Reserva Biológica de Bioma Pampa	Aguardando resposta	Municipal	alexandrezemac@yahoo.com.br	(53) 3245-8059
Reserva Biológica Bibrapuilis	Respondidos	Estadual	reserva_ibirapuilis@sema.rs.gov.br, marco-lopes@sema.rs.gov.br	(55) 3422-6028 - 3422-0818
Reserva Biológica Mato Grande	Respondidos	Estadual	jorgegaldoliveira@bol.com.br,	(55) 3751-1046 - 3751-1051 -- 99996233,
Reserva Biológica Moreno Fortes	Sem contato	Municipal	pondosmissao@maknet.com.br	(54) 3055-7190 ramais-7213 on 7214
Reserva Biológica Municipal Darwin João Geremia	Aguardando resposta	Municipal	educacao-ambiente@bentogoncalves.rs.gov.br	(51) 3258-1314
Reserva Biológica Municipal do Lami José Lutzenberger	Respondidos	Municipal	incarmen@uniam prefpoa.com.br	
Reserva Particular do Patrimônio Natural Barba Negra	Aguardando resposta	Estadual		

APÊNDICE 4. Categorias de Análise.

Tipos de práticas de EA executada nas UCs	
Tipos de Atividades	Descrição
ESCOLARES	Atividades que visam a participação das escolas idas a elas e as trazendo a UC: Palestras e projetos nas escolas e visitas das escolas as UCs.
FORMAÇÃO	Atividades de teor formativo: Cursos, palestras, seminários, encontro de estudos.
APOIO AOS VISITANTES	Atividade receptiva e instrutiva sobre a UC e outros aspectos que a Unidade considera relevante: visitas orientadas e conversa.
TRILHAS	Atividades imersivas na UC: Trilhas interpretativas, trilhas guiadas e trilhas no entorno da UC.
COMUNICAÇÃO	Atividades de teor comunicativo: Divulgação da UC.
EXPOSIÇÃO	Atividades de Teor comunicativo dentro dos limites da UC: Feira ambiental.
OUTRAS	Atividades outras: dias de campo.
Assuntos abordados nas práticas de EA nas UCs	
Assuntos	Descrição
Unidade de Conservação	Importância da UC para proteção da biodiversidade, e o que é uma UC e como é gerida.
Biodiversidade	Diversidade de fauna e flora e biodiversidade da UC.
Ecologia	Características ambientais que permitem aos visitantes entenderem as relações ecológicas da natureza. Conhecimentos de teor puramente biológico como ciclo da água, interações, etc.
Pertencimento	Relação de pertencimento do sujeito com o ambiente.
Conservação	O que é conservação da Biodiversidade, manejo de flora e fauna e a importância de conservar.*
Recursos Naturais	Os benefícios ambientais que a natureza propicia.
Resíduos	A necessidade de cuidar da produção de resíduos e o impacto gerado pela produção humana.
Aspectos regionais	Aspectos relevantes da biodiversidade e também da cultura e história.
Preservação	Cuidado da Biodiversidade.*
Impacto Ambiental	Impacto gerado pela ação humana.
Comportamentos	Necessidade de mudanças comportamentais para mudar o cenário ambiental.
Meio Ambiente	Natureza biológica que está degradada.
Proteção da natureza	Proteção da biodiversidade. *
Socioambiente	Relação entre ambiente e as comunidades que vivem nele.
Biofilia	Necessidade de despertar o interesse e o amor para poder conservar.
Políticas Ambientais	Políticas que visam mudar o cenário ambiental e a importância delas para a conservação da biodiversidade.

.*Não agrupamos Proteção da Natureza com Conservação e Preservação, ainda que ambas sejam estratégias de Proteção da Natureza. O motivo é decorrente de os discursos seguirem valores distintos e nesse caso, devido a falta de experiência, foi mais fácil, mantê-los separados a fim de não cometer equívocos.

Anexo 1. Resumo das categorias de manejo das Unidades de Conservação.
 Fonte: ENCEA.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

CATEGORIA	Objetivo Básico	Principais Características
Parque Nacional (PARNA)	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica	Terras de Posse e Domínio Públicos Criação antecedida por consulta pública ☉ Visitação Pública ☉ Pesquisa Científica ☉ Educação e interpretação ambiental
Reserva Biológica (REBIO)	Preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites	Terras de Posse e Domínio Públicos Não é obrigatório consulta pública para a criação Sua criação não depende de consulta pública ☉ Pesquisa Científica ☉ Visitação pública ☉ Educação e interpretação ambiental
Estação Ecológica (ESEC)	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas	Terras de Posse e Domínio Públicos Não é obrigatório consulta pública para a criação ☉ Pesquisa Científica ☉ Visitação pública ☉ Educação e interpretação ambiental
Monumento Natural (MONA)	Preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica	Pode ser constituído por áreas particulares Criação antecedida por consulta pública ☉ Pesquisa Científica ☉ Visitação Pública Educação e interpretação ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Criação de animais domésticos nas áreas particulares <input checked="" type="checkbox"/> Cultivo de plantas compatíveis com a finalidade da unidade nas áreas particulares
Refúgio da Vida Silvestre (RVS)	Proteção de ambientes naturais para assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória	Pode ser constituído por áreas particulares Criação antecedida por consulta pública ☉ Visitação Pública ☉ Pesquisa Científica Educação e interpretação ambiental <input checked="" type="checkbox"/> Criação de animais domésticos nas áreas particulares <input checked="" type="checkbox"/> Cultivo de plantas compatíveis com a finalidade da Unidade nas áreas particulares

- Atividades Permitidas/Incentivadas desde que compatíveis com normas e condições estabelecidas ou de acordo com o Plano de Manejo da área;
- ☉ Atividades Proibidas;
- ☉ Atividades permitidas com restrições estabelecidas em regulamento ou em situações especiais.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

CATEGORIA	Objetivo Básico	Principais Características
Área de Proteção Ambiental (APA)	Proteção da diversidade biológica, disciplinamento do processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais	Terras Públicas ou Privadas Não possuem zona de amortecimento <input checked="" type="checkbox"/> Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Manutenção dos ecossistemas naturais de importância regional ou local e regulação do uso dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação de natureza	Terras Públicas ou Privadas Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica
Floresta Nacional (FLONA)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas	Terras de Poses e Domínio Públicos, sendo permitida a permanência das populações tradicionais que habitavam a área quando de sua criação <input checked="" type="checkbox"/> Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica
Reserva Extrativista (RESEX)	Proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade	Terras de Domínio Públicos, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais <input checked="" type="checkbox"/> Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica <input checked="" type="checkbox"/> Exploração de Recursos Minerais <input checked="" type="checkbox"/> Caça (amadorística e profissional) <input type="checkbox"/> Exploração comercial de Recursos Madeireiros
Reserva de Fauna (REFAU)	Realização de estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos	Terras de Poses e Domínio Públicos <input type="checkbox"/> Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica <input checked="" type="checkbox"/> Caça (amadorística e profissional)
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Proteção da natureza e da diversidade biológica por meio da manutenção de sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações pelas populações tradicionais que habitam a área	Terras de Domínio Públicos (áreas particulares serão desapropriadas apenas se necessário) <input checked="" type="checkbox"/> Visitação Pública <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica <input checked="" type="checkbox"/> Exploração de componentes do ecossistema natural em regime de manejo sustentável <input checked="" type="checkbox"/> Substituição de cobertura vegetal por espécies cultiváveis
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Conservação da diversidade biológica	Terras privadas Não possuem zona de amortecimento <input checked="" type="checkbox"/> Visitação Pública (desde que com objetivos turísticos, recreativos e educacionais) <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica

Atividades Permitidas/Incentivadas desde que compatíveis com normas e condições estabelecidas ou de acordo com o Plano de Manejo da área;

Atividades Proibidas;

Atividades permitidas com restrições estabelecidas em regulamento ou em